

# **Transparência e Integridade, Associação Cívica Plano de Atividades e Orçamento 2016**

## **Nota da Direção**

2016 é o último ano no mandato dos atuais corpos sociais. E embora isso não implique que abrandaremos o ritmo de trabalho ou que alteremos o rumo que tem sido seguido, esta circunstância obriga-nos a ser prudentes no lançamento de novas iniciativas e concentrar esforços nas questões organizacionais, que se mantêm como a principal fragilidade da TIAC.

Este será portanto um ano para iniciarmos projetos cuja preparação já vem de exercícios anteriores e para consolidarmos, tanto quanto for possível, a estrutura da associação. No final do ano passado, a eleição de novos membros para a Direção permitiu reforçar a capacidade executiva da TIAC e preparar a associação para a gestão de projetos complexos de grande dimensão que serão lançados em 2016. A prioridade será portanto assegurar a boa execução dessas iniciativas e a consolidação de projetos de grande impacto, como o Índice de Transparência Municipal, cujo financiamento continua a ser um desafio para a organização.

Os projetos que agora se iniciam, bem como o conhecimento acumulado pelo trabalho já realizado nestes últimos quase seis anos de atividade, trazem consigo outro desafio: reforçar a nossa capacidade de lóbi e pressão sobre os decisores políticos para que as recomendações de reforma que a TIAC tem feito se traduzam em mudanças efetivas no terreno.

Um teste importante da vontade política dos nossos líderes será feito este ano, com a criação já anunciada de uma comissão parlamentar para estudar alterações às leis de regulação de conflitos de interesses e

transparência na política. A comissão abordará problemas já identificados pela TIAC na nossa análise ao Sistema Nacional de Integridade, que publicámos em 2012 e que discutimos com responsáveis políticos desde essa altura, infelizmente sem grandes efeitos práticos. Esperamos que desta vez haja efetiva vontade de aplicar boas práticas neste domínio; e a TIAC não deixará de contribuir para que uma regulação mais exigente e melhores sistemas de controlo sejam adotados, em consonância com o que recomendamos, com base empírica e estudo realizado, desde 2012.

A nível interno, mantém-se o desafio de sempre: a sustentabilidade da TIAC. Aí continuaremos também a trabalhar, na tentativa de somar mais membros e apoiantes e de desenvolver parcerias e relacionamentos mais próximos com doadores que nos permitam reforçar a estrutura e garantir os recursos indispensável para cumprirmos a nossa missão.

A Direção

## Atividades a desenvolver

### - Índice de Transparência Municipal 2016

A terceira edição do Índice de Transparência Municipal, em 2015, registou um avanço apreciável nos níveis de informação disponibilizada pelos websites das autarquias. Os municípios portugueses publicam hoje mais informação de interesse público nas suas páginas na Internet graças a este trabalho da TIAC. Em 2016 pretendemos manter a produção do Índice anual, embora condicionados pelas dificuldades orçamentais do projeto, que continua a não ter financiamento dedicado. Procuraremos mecenas que apoiem o trabalho prolongado de produção do ITM (que dura perto de 9 meses) e confiaremos, mais uma vez, no trabalho voluntário que desde o início nos tem ajudado a produzir esta ferramenta de transparência.

<http://poderlocal.transparencia.pt/>

**Orçamento estimado:** €20.000

**Doador:** *a angariar junto de mecenas e com recurso a trabalho voluntário*

**Prazo:** 9 meses (março a dezembro 2016)

### - *Enhancing Beneficial Ownership Transparency*

Até que ponto os registos das empresas são suficientemente claros acerca dos verdadeiros proprietários das firmas registadas em território nacional. E que garantias de transparência e acesso são dadas no Centro de Negócios da Madeira, que beneficia de um regime especial de tributação? Como bem expõe o escândalo dos famosos Papéis do Panamá, existe a nível global toda uma indústria de prestação de serviços financeiros que vive na mais completa opacidade, facilitando esquemas de fuga aos impostos e, pior, de branqueamento de capitais e financiamento de atividades ilícitas. Através de um projeto coordenado pelo gabinete da Transparency International junto da União Europeia, e que envolve cinco países europeus, vamos realizar um estudo sobre a transparência da informação disponibilizada acerca dos beneficiários efectivos das empresas em Portugal. Este trabalho servirá de base para um conjunto de recomendações para aumento da transparência, no seguimento de iniciativas legislativas recentes (e outras em curso) na União Europeia.

**Orçamento total:** €50.798,25

**Doador:** Comissão Europeia, através do gabinete da Transparency International junto da União Europeia

**Prazo:** 12 meses (março 2016 a março 2017)

#### **- Pactos de Integridade**

Chamar os cidadãos para monitorizarem a transparência e as boas contas na execução de uma obra pública é o objetivo central dos Pactos de Integridade, um mecanismo desenvolvido pela Transparency International. Prosseguindo um trabalho de preparação e identificação de parceiros já realizado em 2015, no ano de 2016 vamos testar no terreno esta ferramenta. O projeto escolhido resulta de uma parceria com a Direção-Geral do Património Cultural, que aplicará um Pacto de Integridade à segunda fase de reabilitação do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra. A TIAC fará a monitorização da obra, no sentido de assegurar que todos os procedimentos sejam feitos sem casos de corrupção ou favorecimento e com ampla disponibilização de informação que assegure a sã concorrência e o envolvimento da sociedade civil no acompanhamento dos trabalhos. O objetivo último é desenvolver esta ferramenta para que seja usada noutros investimentos públicos no futuro, inclusive pelas autoridades oficiais de controlo de contas.

**Orçamento total:** €301.191,00

**Doador:** Comissão Europeia, através do Secretariado da Transparency International

**Prazo:** 3 anos (até final de 2019)

#### **- Regulação do Lóbi e conflitos de interesses**

O trabalho já desenvolvido pela TIAC nesta área ao longo dos últimos anos deu-nos conhecimento empírico sobre a realidade portuguesa e as prioridades de reforma. Aproveitando essa base de conhecimento – e a circunstância de o Parlamento ter criado, já em 2016, uma comissão eventual para propor medidas de aumento da transparência na política – organizaremos encontros e contactos com responsáveis políticos em 2016 para propormos novas políticas públicas de gestão de conflitos de interesses na classe política, e de regulação do lóbi que dê a todos os cidadãos (não apenas aos poderosos e bem colocados) a capacidade de serem ouvidos na elaboração das políticas públicas.

**Orçamento:** €0 (trabalho de lóbi será feito com os recursos próprios da TIAC e o empenho de voluntários e da Direção da associação)

**Prazo:** 2016

#### **- Comunicação interna**

Completada em 2015 a reformulação do site da TIAC e a instalação de um sistema de gestão de associados e apoiantes, em 2016 completaremos este ciclo com a criação de uma newsletter mensal sobre o trabalho em curso na associação e a organização de um portal de notícias sobre corrupção e transparência públicas, atualizado diariamente.

Continuaremos a participar em iniciativas públicas e sessões de debate, a convite de diversas organizações da sociedade civil. A TIAC continuará a organizar eventos próprios, ao abrigo dos projetos em curso. Para lá disso, tentaremos mobilizar os associados e apoiantes a organizarem sessões de esclarecimento de forma a multiplicarmos o nosso alcance com o mínimo de custos, uma vez que o orçamento corrente da associação não tem margem para a organização de eventos que não estejam já contratualizados e financiados no âmbito de projetos em curso.

#### **- Cooperação com ONGs de países da CPLP interessadas em investigar e desenvolver trabalho no combate à corrupção**

Na sequência de contactos efetuados com o Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe, o Instituto Não Aceito Corrupção e o representante da TI-S no Brasil, Bruno Brandão, o Centro de Integridade Pública em Moçambique (capítulo da TI em Moçambique), e académicos e ativistas em Cabo Verde, Angola, Guiné Equatorial e Timor Leste, a TIAC perspectiva desenvolver uma estratégia de cooperação mais estruturada com vista a incrementar e apoiar a qualidade da informação e investigação sobre corrupção e boa governança nestes países, nomeadamente através da realização de ações de formação e workshops de partilha de recursos, e, caso exista essa disponibilidade, abrir também uma plataforma on-line especificamente dedicada.

Já foram encetados esforços nesse sentido durante o ano 2015, todavia, a falta de recursos financeiros tem sido um obstáculo constante. Por isso mesmo, urge diversificar as fontes de financiamento, estabelecendo sinergias com doadores interessados em apoiar atividades na CPLP ou em Países em Vias de Desenvolvimento.

**Orçamento:** a definir de acordo com projeto a desenvolver

**Prazo:** 2016

#### **- Revisão dos estatutos**

Completaremos ao longo do ano o processo de revisão estatutária da TIAC. A revisão dos nossos estatutos tem sido alvo de debates pontuais nos últimos dois anos, um processo que esperamos possa culminar numa discussão abrangente e participada que nos permita, com algumas alterações pontuais, resolver algumas questões organizativas e permitir regras de funcionamento que potenciem a participação e envolvimento dos associados na vida da TIAC.